

1 ATA DA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE FLEXIBILIZAÇÃO DA
2 UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, realizada ao quarto dia do mês de outubro do ano de dois
3 mil e dezesseis às nove horas e quarenta e sete minutos, no Gabinete do DGP, do Prédio da
4 Reitoria, da Universidade de Brasília, com a presença dos Membros: MARIA ÂNGELA
5 GUIMARÃES FEITOSA – Decana de Gestão de Pessoas e Presidente da Comissão de
6 Flexibilização; ALEXANDRE CARDIAS PEREIRA ALVES/DPO; ELIZABETH MARIA
7 MAMEDE DA COSTA/FUP; LETÍCIA GONÇALVES NUNES COELHO/IF; SUSANA
8 XAVIER/CEPPAC; ALESSANDRA D'AQUI VELOSO/IP; MANOEL BARBOSA
9 NERES/SAA e a convidada, Diretora da DCADE, JOSIVANIA S. FARIAS. Aberta a Sessão,
10 a Presidente deu boas-vindas a todos e prosseguiu com os Informes, conforme seguem: **1.**
11 **Informes.** A presidente da Comissão iniciou os informes aludindo sobre a iminente mudança
12 de gestão e os trabalhos desta Comissão nesse novo contexto. Destacou que considera
13 importante que a Comissão entregue à nova gestão os trabalhos já realizados, nesse sentido,
14 compartilhou sua preocupação quanto à importância de se finalizar as análises dos recursos,
15 uma primeira etapa que deve ser entregue concluída à nova gestão e propôs um
16 encaminhamento de que seja feita uma reunião extraordinária na semana seguinte, caso os
17 recursos que faltam ser finalizados não o sejam na presente reunião. Em seguida, a presidente
18 também informou que quando assumiu a presidência desta Comissão, deu continuidade ao
19 fluxo processual tal como era feito anteriormente o qual era que após deliberação acerca dos
20 processos pela Comissão, os mesmos eram encaminhados à PJU para análise, que
21 posteriormente encaminhava ao Reitor. Entretanto, a PJU informou ao DGP recentemente que
22 era discricionário do Reitor o envio ou não desses processos à PJU para análise. Diante dessa
23 informação, o DGP encaminhou os processos de flexibilização aprovados recentemente ao
24 Gabinete do Reitor, e não à PJU como era feito anteriormente, e o mesmo optou por publicar
25 sem fazer uma consulta à PJU, portanto, os processos aprovados recentemente pela Comissão
26 já foram publicados. A conselheira Alessandra D'Aqui Veloso pediu um esclarecimento sobre
27 esse último informe quanto ao fluxo dos processos após serem aprovados, ao que a presidente
28 da Comissão esclareceu explicando como era o fluxo e como está o fluxo atualmente,
29 destacando que esses fluxos entre Procuradoria, Reitoria e Decanato de Gestão de Pessoas são
30 estabelecidos entre as partes e que isso sempre está passível de mudanças. **2. Pauta: 2.1 –**
31 **Aprovação da Ata da Reunião Extraordinária da Comissão de Flexibilização ocorrida**

32 em 02/08/2016. **Deliberação:** Aprovada. **2.2 – Nova apreciação do recurso apresentado**
33 **pelo Instituto de Letras – IL/Relatora: Susana Xavier.** A relatora fez uma leitura do
34 parecer, destacando as alterações feitas. Após a leitura abriram-se as inscrições para debate. A
35 presidente desta Comissão questionou se todos os departamentos do IL atendem no turno
36 noturno ou, se não o fazem, têm a demanda de atendimento noturno, ao que a relatora
37 respondeu que sim, que há uma diversidade grande dentro do Instituto de Letras, mas que
38 todos os departamentos e setores vinculados realizam atendimentos noturnos ou se
39 beneficiariam com a implementação do mesmo. O conselheiro Alexandre Cardias pediu o
40 esclarecimento de se nessas listas de atendimento anexadas ao processo há diferenciação dos
41 atendimentos por departamentos ou setor, a relatora esclareceu que o processo foi montado
42 sem diferenciar na extensa lista de atendimentos qual subunidade realizou os atendimentos. O
43 conselheiro Alexandre Cardias perguntou se seria uma inferência dizer que todos os
44 departamentos realizam atendimentos noturnos, a relatora explicou que não, pois o Diretor do
45 Instituto de Letras relatou isso no recurso, de que há atendimento diurno e noturno por todo o
46 Instituto e Departamentos, não apenas pela Secretaria do Instituto, como está no texto da
47 autorização de flexibilização enviada ao IL. Sem mais inscrições de fala, a presidente pediu
48 acesso ao processo o qual foi disponibilizado em tela para a leitura de todos. O conselheiro
49 Manoel fez uma fala no sentido de que concorda com o parecer da conselheira Susana Xavier,
50 pois vê como algo extremamente complicado fazer uma análise dos departamentos e
51 subunidades de forma fragmentada, pois são extremamente ligadas e interdependentes. O
52 conselheiro Alexandre Cardias colocou que vê uma complicação, pois, por mais que seja de
53 conhecimento público que o IL faz atendimentos nos três turnos e que isso seja colocado no
54 recurso por parte do Diretor do IL, não vê que isso esteja fundamentado no processo e todos
55 os processos analisados anteriormente foram analisados pelo que está no processo, e, nesse
56 caso, se for aprovado, estaríamos dando um encaminhamento diferente do que tem sido feito.
57 Houve um debate sobre esses posicionamentos, ao que a presidente fez um encaminhamento
58 de que o processo em análise fosse retirado de pauta por hoje e que fosse incluído em pauta de
59 reunião extraordinária a ser marcada para a semana que vem. A conselheira Alessandra
60 Velloso sugeriu que as listas de atendimento que foram anexadas ao processo devem ser
61 analisadas, no sentido de que pelo tipo de atendimento pode-se caracterizar qual unidade que
62 fez o atendimento e essas listas, analisadas de maneira qualitativa, juntamente com o parecer

63 do Diretor da Unidade dizendo que todas as unidades fazem atendimento nos três turnos, pode
64 ser o suficiente para instruir o processo e, por isso, não seria uma deliberação por inferência,
65 mas pelo que está materialmente instruído no processo. A presidente reiterou o
66 encaminhamento de que esse processo seja analisado na próxima reunião, o qual foi acatado.

67 **2.3 – Apreciação do recurso apresentado pela Faculdade de Educação – FE/Relator:**
68 **Antônio César de Oliveira Guedes.** O presente ponto foi retirado de pauta pela ausência do
69 relator e será analisado na próxima reunião. **2.5 – Preparação dos instrumentos de**
70 **Avaliação:** a professora Josivânia, diretora da DCADE/DGP, foi convidada para auxiliar a
71 Comissão a elaborar o instrumento de avaliação em relação à satisfação do usuário, como um
72 dos pontos de Avaliação das Unidades nas quais a flexibilização é autorizada. A professora
73 Josivânia discorreu sobre algumas dúvidas que surgiram, sobre pontos que devem ser
74 definidos antes da elaboração do instrumento de avaliação. Explicou a necessidade de se
75 definir quem é o sujeito da pesquisa, quais são os critérios ou variáveis que vão ser
76 mensurados no questionário e quais são os parâmetros usados na concessão e que precisam
77 ser reavaliados. Ela destacou que esses seriam os pontos de partida e que a DCADE coloca-se
78 à disposição para auxiliar na elaboração do questionário, após a definição desses critérios. A
79 presidente da Comissão pediu que ela explicasse aos conselheiros sobre qual é o momento
80 ideal de avaliação de impacto em mudanças, um ponto que havia colocado anteriormente a
81 ela. A convidada professora Josivânia respondeu que logo após cento e oitenta dias da
82 implementação do novo modelo é o momento ideal para se verificar a consolidação da
83 mudança, para que se possa fazer uma avaliação sobre manter ou cessar essa mudança. Ela
84 explicou que esse tempo de cento e oitenta dias seria o ideal para essa etapa de confirmação,
85 muito antes ou muito depois não seria eficiente, segundo a literatura que se tem sobre o
86 assunto. A conselheira Letícia Coelho perguntou sobre a elasticidade desses seis meses, pois
87 dependendo do período a Universidade está de férias e essa avaliação não é possível. A
88 professora Josivânia respondeu que esse prazo não é uma “camisa de força”, que recomenda-
89 se que a avaliação seja feita com pelo menos seis meses, mas pode ser feita um pouco depois,
90 entretanto, explicou que fazer antes de seis meses não é recomendável, pois o processo ainda
91 não estaria consolidado. A presidente da Comissão disse identificou na fala da professora
92 Josivânia que o alvo dessa pesquisa de satisfação não seria somente o usuário do serviço, mas
93 também o servidor da Unidade que estaria envolvido diretamente com a mudança e esse seria

94 um fator importante a ser avaliado, que a satisfação do servidor também deveria ser
95 verificada. A professora Josivânia concordou. A conselheira Alessandra Velloso colocou que
96 há que se considerar a realidade universitária e deve-se ter cuidado para não entrar em uma
97 lógica bancária de satisfação do cliente; além disso, ela colocou a importância da avaliação
98 ser instrumento que dê subsídios para melhorias, não apenas para ser um instrumento
99 finalístico de descontinuar ou continuar com a flexibilização. A professora Josivânia explicou
100 que, como não conhece as normas da flexibilização, ela fez uma fala sobre o que a literatura
101 diz sobre o assunto, mas que essa avaliação de satisfação é para subsidiar a instituição no que
102 for necessário, mas não para dar uma resposta imediata. A conselheira Susana Xavier colocou
103 algumas questões em relação à flexibilização que foram debatidas na plenária da FASUBRA
104 dentro do tema da flexibilização e pontos verificados na UFF, que já implementou a jornada
105 flexibilizada, destacando que os critérios que considera, baseada nessas discussões e
106 pesquisas, centrais na avaliação da implementação da flexibilização: a eficiência dos serviços
107 prestados, a rotatividade e o absenteísmo de servidores na Universidade e a produtividade das
108 Unidades. A conselheira Susana Xavier também destacou que é necessário ter clareza de que
109 enquanto não há um atendimento flexibilizado com atendimento ininterrupto em toda a
110 Universidade, o atendimento fica prejudicado, atendimentos simplesmente deixam de ser
111 feitos e deve-se pensar na eficiência da Universidade como um todo. O conselheiro Manoel
112 Neres colocou que essa pesquisa de satisfação compreende a satisfação externa, dos usuários,
113 mas que também deve ser um instrumento para avaliar a satisfação do servidor, como esse
114 novo modelo impacta o trabalho do servidor. A conselheira Letícia Coelho falou que, talvez,
115 há de se focar a avaliação não na mudança, mas na nova situação em si mesma. A convidada
116 professora Josivânia colocou que seria muito difícil avaliar a mudança, pois para avaliar-se a
117 mudança teria que ser feita uma análise pré e pós-implementação da flexibilização; além
118 disso, colocou, também, que quando se avalia a nova situação e verifica-se que é uma situação
119 satisfatória, não se pode atribuir ao horário flexibilizado, pois não se sabe, por não ter sido
120 mensurado, como era antes. A conselheira Susana Xavier colocou que não vê dessa maneira,
121 pois há variáveis que podem ser mensuradas antes e depois, como, por exemplo, a quantidade
122 de afastamentos por motivo de doenças, a rotatividade dos servidores, as faltas, a incidência
123 de doenças mentais, entre outros que são fatores que impactam diretamente na Universidade e
124 nos cofres públicos. Ela também sugeriu a possibilidade de comparar os dados da UnB com

125 os de outras universidades que possuem horário flexibilizado, como a UFF, e conferir esses
126 fatores citados. A conselheira Elizabeth Costa colocou que é necessário que se considere,
127 nessa análise da flexibilização, o impacto da implementação da nova tecnologia de trabalho, o
128 SEI, na Universidade, pois a realidade do trabalho da Universidade mudou muito e não há
129 uma noção ainda do impacto disso; destacou que a avaliação não deve nunca ser punitiva, isso
130 deve ser um amadurecimento da Universidade como um todo, a Avaliação é para verificação
131 e implementação de melhorias, não para punir, e isso exige uma mudança de mentalidade. A
132 presidente desta Comissão colocou que alguns dos indicadores, embora não tenha sido feito
133 diagnóstico do antes para comparar-se com o depois, são sistematicamente coletados, então
134 seria possível fazer uma análise comparativa. A conselheira Alessandra Velloso colocou que
135 considera importante que se avalie a estrutura hierárquica e a estrutura física da Unidade, até
136 para que se trace um perfil de estruturas que estão dando certo, formas de organização e fluxo
137 que podem ser referência. A professora Josivânia agradeceu o convite e colocou-se
138 novamente à disposição para qualquer necessidade ou demanda que venha a surgir, colocou
139 que esse debate é extremamente saudável, que esse planejamento do processo é um desafio e
140 para o qual a DCADE disponibiliza-se para o que for necessário. **2.4 – Adequação da**
141 **metodologia de análise de pedidos de Flexibilização.** A conselheira Letícia Coelho
142 apresentou a minuta do modelo para submissão de pedido de flexibilização de jornada que foi
143 preparado por ela e pelo conselheiro Alexandre; a qual foi debatida e editada coletivamente
144 pelos conselheiros desta Comissão de Flexibilização. Não houve um consenso quanto à tabela
145 apresentada no modelo com os dados da Unidade. A conselheira Elizabeth Costa observou
146 que é necessário que se defina a estrutura atual da Unidade em um primeiro momento, para
147 que depois se faça uma proposta do horário flexibilizado. Também destacou que é preciso
148 definir o que é um centro de custo, se a flexibilização vai ser analisada para todo um Instituto,
149 por exemplo, ou se essa avaliação será feita por departamento, por sub-unidade. A presidente
150 desta Comissão colocou que entendeu na fala da conselheira Elizabeth que seria importante
151 que se pedisse um organograma da Unidade. A presidente colocou que achava que iria ser
152 solicitado nesse modelo, dentre outros dados, uma proposta de flexibilização de horário, como
153 se fosse uma tabela de como é o horário atualmente, com escala de servidores e horários de
154 atendimento, e de como seria após a concessão da flexibilização. A conselheira Susana Xavier
155 solicitou que esse documento de minuta de modelo fosse disponibilizado a todos para

156 continuidade do debate. **2.6 – Outros assuntos.** Nada mais havendo a tratar, às doze horas e
157 vinte minutos, a Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual eu, Ana Emília Cullen Vaz,
158 Secretária da Comissão de Flexibilização, lavrei a presente Ata, após lida e aprovada, será
159 subscrita por mim e pela Presidente.

160

161

162


Profª Drª Maria Ângela Guimarães Feitosa

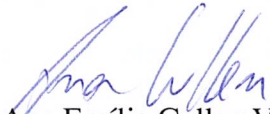
163

Presidente da Comissão de Flexibilização

164

165

166


Ana Emília Cullen Vaz

167

Secretária da Comissão de Flexibilização

168